



Breve análise socialista libertária sobre os atuais movimentos

Novidade nas ruas

Podemos afirmar que o mês de junho de 2013 entrou para a história do Brasil, sendo o dia 17 uma data emblemática: foram 1,5 milhões de pessoas a ocuparem as ruas - 20.000 só em Curitiba. Não víamos isso desde 1992, quando milhares foram às ruas exigir o impeachment de Collor.

Com toda a certeza, estas mobilizações transformaram o panorama político, afinal, foi apenas por meio da ação direta das ruas que as tarifas de ônibus baixaram em diversas cidades do país, reinserindo esta tática política na ordem do dia. As marchas também expressaram o descontentamento daquilo que se configura como um primeiro movimento de massas após 10 anos de governo PT, governo este que, além de não avançar nos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, transporte), ainda intensificou em privatizações (Hospitais, aeroportos, portos), (contra) reformas (previdência, universitária, trabalhista, etc.), promoção de lucros recordes para os bancos, e ainda injetou rios de dinheiro na burguesia imobiliária e da construção civil. E mais, frente aos movimentos sociais, não demonstrou uma postura distinta a seus antecessores, criminalizando e perseguindo a militância que não se rendeu à cooptação, mostrando que como todo governo tem um lado: o das classes dominantes, e assim jamais poderia atender as expectativas da população brasileira que clamava por mudanças.



Quem acordou o gigante?

As manifestações, que se iniciaram em várias cidades do país por conta do aumento da tarifa, receberam em seu início duras críticas de imprensa, devido às ações mais radicalizadas da juventude na rua (que ocorreram, em geral, apenas em resposta à violência policial). Porém, em um dado momento, a mídia corporativa muda sua postura: de ofensiva, passa a ser “generosa” com os manifestantes, e mesmo chamar o povo “pacífico” para as ruas, ao mesmo tempo em que criminaliza os “vândalos”. Assim, tenta influenciar os atos de rua, imprimindo a ordem institucional (ordem do Estado burguês) aos movimentos de massa. Para tanto, incita os manifestantes a se colocarem uns contra os outros (“pacíficos” versus “vândalos”), deixando de

lado o verdadeiro inimigo: os banqueiros, os patrões, o Estado e seu aparato repressivo. Com vistas à agenda eleitoral de 2014, a grande imprensa investe nas manifestações e tenta “surfear” nesta onda, inserindo suas pautas. Por meio de seu poder monopolista dos meios de comunicação, tenta criar uma onda de ufanismo e patriotismo, tentando assim varrer a esquerda dos movimentos e estabelecer uma agenda “conservadora”, em que aparecem pautas como a luta contra a corrupção (mas só a do PT), o que favorece diretamente a direita eleitoral por um lado (PSDB e DEM), e indiretamente convida os grupos de extrema direita (skinheads, anonymous, Integralistas, nazistas etc.) para irem à rua defender a “bandeira certa” (a do Brasil, que unifica explorados e exploradores sob de uma mesma política).



Se, por um lado, observamos as tentativas da direita de dar os rumos deste movimento por meio daqueles que cumprem o papel de ser sua voz (a mídia corporativa), por outro, como libertários, não podemos deixar de afirmar nossa crítica histórica acerca da burocratização dos movimentos sociais, que os retira sua autonomia e poder de mobilização nas bases. Cabe afirmar que de maneira alguma legitimamos os ataques às organizações de esquerda, pelo contrário, os repudiamos em absoluto. Porém, a esquerda não pode se esquivar de suas responsabilidades no que tange a seu desgaste: a tentativa de fornecer uma resposta eleitoral aos anseios do povo por meio de “candidaturas populares” - onde o caso mais exemplar é o PT e sua ascensão ao poder do Estado -, arrasta para a legalidade do Estado (eleições e parlamento) as disputas políticas do povo, fazendo com que suas organizações (sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis e movimentos sociais)

não sejam mais que estruturas de apoio de seus partidos. Cabe destacar que esta forma de atuação da esquerda tem sem sombra de dúvida tido resultados nefastos, porque não só não traz as conquistas que o povo objetiva com sua luta, desviando-a de seu sentido (que é transformar a vida dos de baixo), como acaba por colocar em descrédito com a população em geral as organizações de base do próprio povo. Se faz necessário ainda afirmar que boa parte da esquerda de oposição ao PT não foge a este modelo de atuação, colaborando por reforçar este estigma sobre as organizações de esquerda e até sobre as organizações populares de base, e por fim, sobre a própria política, que passa a ser vista como “suja” (afinal, a política burguesa no Estado capitalista realmente é suja e corrupta por excelência; o Estado capitalista é corrupto na medida em que legitima a exploração dos trabalhadores). Tais práticas de aparelhamento e subordinação do projeto dos de baixo a projetos políticos partidários eleitorais acaba por ser responsável, ao menos em parte, para a desorganização e despolitização da população.

Desta maneira, a população deixa de ter referência nessas organizações, e o poder do Estado e das corporações midiáticas (aparelhos da burguesia) acaba por se sobrepor ao do movimento justamente pela força dos aparatos que tem em suas mãos, tornando o povo refém de suas armadilhas e manipulações.

Se não há referência de luta, quem dá as cartas?

Já nos referimos aqui sobre a legitimidade das lutas das massas que tomam as ruas do país, afinal, seu descontentamento é não só justificado, como justo. Porém, este processo também traz uma lição pedagógica para as esquerdas: não basta apenas termos o povo na rua exercitando a ação direta; por mais que isso em si possa ser bastante positivo, se não há organização prévia e enraizamento na base, não será “disputando a direção” de tais movimentos, ou mesmo se impondo sobre as massas, que construiremos um projeto de transformação da sociedade. Sem haver organização social das bases deste movimento, sem haver espaços de referência e construção coletiva de uma agenda de ações e lutas, tal movimento fica muito mais suscetível às vozes que vem da força dos “de cima” (a mídia corporativa e o Estado), de tal modo que esta população desorganizada acabou, por conta da ausência de interlocução e de um projeto político coletivo, iniciando um processo de disputa entre aqueles que já “dão as cartas”: de um lado, a direita e a mídia corporativa, do outro, a esquerda governista. Se, por um lado, a mídia tentou pautar o movimento sugestionando uma agenda de lutas que tinha como foco a desestabilização do PT para as eleições, o mesmo PT soube usar do momento para implementar parte do seu programa (5 pactos) a “toque de caixa” no Congresso, onde pouquíssimo ou quase nada ouviu-se das vozes das ruas para a construção de tais demandas.

Deste modo, parece que tal movimento restringiu-se devido à organicidade prévia do MPL-nacional (Movimento Passe Livre, organizado há pelo menos 10 anos), que tem um modelo de ação e forma de atuação já enraizados na população, que levaram a população a contestar o preço das tarifas e mesmo exigir um transporte realmente público (tarifa zero). Ao que tudo parece, estas são as únicas pautas que genuinamente vieram das ruas e tiveram eco.

Fica a lição: Organizar na base ou ser engolido pelas ruas!

Desta experiência de luta, esperamos que toda a esquerda possa retirar aprendizados (nos colocamos no campo da esquerda, logo nos incorporamos em tal crítica). Reiteramos nossas afirmações acerca da necessidade de que a esquerda se enraíze mais nas bases da sociedade, se colocando ao lado do povo cotidianamente, nos locais de trabalho, moradia e estudo. Afinal, tal movimento é sintoma da ausência da esquerda nestes locais, logo, da sua falta de capacidade de influenciar as massas em geral. Mostra-se insuficiente a metodologia de disputa das direções das entidades sindicais e estudantis; é necessário uma mudança na estrutura dos movimentos.



É necessário voltarmos ao tema do desgaste das entidades de base a nível social (sindicatos, entidades estudantis, associações de bairro e movimentos sociais) que precisam ser reabilitadas frente à população em geral, precisam voltar a ser os espaços de construção do pensamento e ação política das massas. Tal resultado, temos certeza, somente virá com a ação unificada da esquerda para retomar, nas bases do movimento, tais espaços organizativos dos pelegos, e mesmo de organizar onde ainda não há organização. Somente assim poderemos enraizar um programa de transformações no povo e pautar tais movimentos de massa.

O trabalho é duro - não existem fórmulas que possamos seguir para dar uma “guinada” em tal conjuntura. Mas temos, ao menos, um apontamento: somente um duro trabalho de organização das bases sociais pode mudar tal conjuntura e colocar em curso a construção do poder popular. Neste movimento, não exigimos mais que um posto de combate: sem sectarismo e em unidade nas lutas para construir um povo forte!

Barrar o aumento pela força das ruas

Tarifa Zero já!

Criar Poder Popular!